

História

Professora:Sara

Escola Municipal Antonio de Faria salgado

Data : -Turma: 8 Ano

Com o retorno de D. João VI a Portugal e as medidas recolonizadoras tomadas pelas Cortes de Lisboa, a ideia de independência ganhou força no Brasil.



Após a vitória

dos liberais na cidade do Porto, o resto do país aderiu às ideias revolucionárias. A gravura representa a entrada da Junta Provisional (responsável por convocar eleições das Cortes Constituintes) na Praça do Rossio, na capital portuguesa, no dia 1º de outubro de 1820. Domínio público, Museu da Cidade de Lisboa

O retorno de D. João VI a [Portugal](#), pressionado pela [Revolução do Porto](#), e as medidas recolonizadoras tomadas pelas Cortes de Lisboa, que tentavam ainda limitar o poder do príncipe regente D. Pedro – que possuía um perfil bastante particular –, favoreceram a união das [forças políticas](#) brasileiras contrárias à política das Cortes. À medida que suas decisões já não deixavam dúvidas sobre a recolonização, a ideia de independência ganhava força. Praticamente alcançada no Dia do [Fico](#), quando o príncipe regente recusou-se a obedecer à ordem de retornar a [Portugal](#), a Independência foi formalizada com o Ato do Ipiranga. No entanto, a Independência proclamada por D. Pedro I não foi aceita de imediato em todas as províncias.

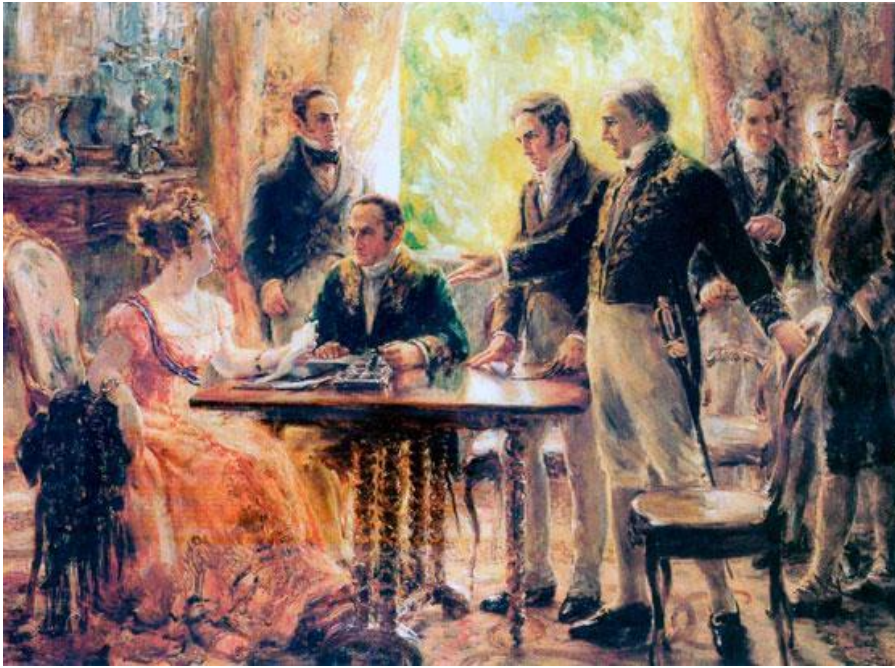
Na Bahia, no Pará, no Piauí, no [Maranhão](#) e nas [Províncias Unidas do Prata](#), militares e comerciantes [portugueses](#), que não aceitavam o fim do domínio de [Portugal](#), rebelaram-se. O governo imperial teve que contratar mercenários estrangeiros que, ao lado das milícias populares, combateram aqueles que se revoltaram contra a nossa Independência. Por outro lado, toda nação, ao se tornar livre, precisava ter sua independência reconhecida internacionalmente.



Diante dos ventos liberais que tomaram Portugal, D. João VI retornou a Lisboa em 1821, junto com a família real. Gravura (54 x 40,5 cm) de C. S. Pradier, 1817. Domínio público, Biblioteca Nacional Digital

Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecê-la, seguidos pelas demais nações sul-americanas, que faziam restrições ao regime monárquico adotado por D. Pedro I. A Inglaterra não a reconheceu logo, aguardando que Portugal, seu tradicional aliado, o fizesse. Mas, interessada em manter os [Tratados de 1810](#), pressionou Lisboa a concordar com a [Independência](#) de sua antiga [colônia](#). [José Bonifácio](#), monarquista constitucional e líder dos aristocratas do [Partido Brasileiro](#), conhecido como o Patriarca da Independência, tornou-se o principal ministro de D. Pedro, afastando do poder os democratas, em meio a grande agitação. Suas propostas em relação à [escravidão](#), ao tratamento dado aos [índios](#), à reforma agrária, à proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, à educação, entre outras, são até hoje debatidas.

Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil e do Rio de Janeiro?



Em 2 de setembro de 1822, a arquiduquesa Maria Leopoldina reunida com o Conselho de Ministros para enviar a carta que faria D. Pedro declarar a Independência do Brasil (Crédito: Georgina de Albuquerque/Senado Brasileiro)

Um trecho da letra do *Hino da Independência*, de autoria do jornalista Evaristo da Veiga (1799-1837), fala da liberdade que raiava no horizonte do [Brasil](#). A melodia, primeiramente atribuída ao maestro Marcos Antônio da Fonseca Portugal (1760-1830), seria substituída, posteriormente, por outra, composta em vibrantes notas musicais por D. Pedro I (1798-1834). Sua alteza real teve uma educação refinada, na qual constavam aulas de piano, cravo, flauta e violino – instrumentos musicais que deram outro ritmo à dinâmica das famílias que pertenciam à [boa sociedade](#) imperial e que viviam no [Rio de Janeiro](#), novamente [corte](#).

Registros da época e mais recentes traçam, em nuances, o perfil daquele que, segundo a historiadora Isabel Lustosa, passaria de “espectador a ator”, no palco que conduziu ao processo da emancipação política do Brasil. D. Pedro, ao assumir o papel de protagonista na cena política da época (desde o [Fico](#), acontecido no dia 9 de janeiro de 1822), garantiu, segundo palavras do jornalista Evaristo da Veiga (1799-1837), que o “país não fosse retalhado em pequenas repúblicas inimigas, onde só dominassem a anarquia e o espírito militar”.

Após o Sete de Setembro, as circunstâncias que D. Pedro I teve pela frente não foram fáceis. Era complexa a tarefa que se apresentava: efetivar, a partir do **“espaço político-simbólico do Rio de Janeiro, a montagem do Estado e da nação brasileiros”**, no dizer de Carlos Eduardo Sarmiento. A empreitada, de longa duração, foi pontuada por inúmeras disputas políticas, tendo como cenário a [capital](#) do [Império](#), cada vez mais ligada “à dinâmica do mundo atlântico e, em especial, à Europa”, conclui o historiador.

No [Rio de Janeiro](#) e nas províncias próximas, a Independência seria saudada com entusiasmo. A historiadora Mary Del Priore considera que grande parte do sucesso do Grito do Ipiranga aconteceu por ter contado com o apoio das elites do [Rio de Janeiro](#), de [Minas Gerais](#) e de [São Paulo](#). Se não fosse assim, “passaria para a História como mais um berro inconsequente do autoritário Dom Pedro”.

